



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/05/2022

HORÁRIO DE INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: às 08h15min

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 08h30min

LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Fátima – Paraná

### ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

O MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.828.418/0001-90, através da Secretaria de Administração, sediado à Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes nº 420, Nova Fátima, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Roberto Carlos Messias, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, objetivando o **Registro de Preços para futura e/ou eventual aquisição de materiais elétricos, atendendo necessidades de manutenção do Município suas Secretárias e Departamentos.**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**18 de Maio de 2022 às 08h30min**

**Local da Sessão Pública: Prefeitura Municipal de Nova Fátima, Paraná.**

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº. 27/2006, Lei Municipal 2199/20 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993. É Pregoeiro, deste Município, **Bruno Zorzín**, designado pela Portaria nº 009/2022 de 09 de Fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município.

### **CLAUSULA PRIMEIRA - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

1.1 – Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do segundo dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

### **CLAUSULA SEGUNDA - DA IMPUGNAÇÃO**

2.1 - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial, dirigindo a impugnação por escrito ao seguinte endereço: **Prefeitura Municipal de Nova Fátima, Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420 – Centro, Nova Fátima/PR - CEP: 86.310-000, Horário de Expediente: das 08h00 as 11h00 e das 13h00 as 16h00**, ou no endereço eletrônico: [licitacaonfpr@gmail.com](mailto:licitacaonfpr@gmail.com).

2.2 – Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

2.3 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

### **CLAUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

3.2 - Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

3.2.2 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA, ESTADO DO PARANÁ nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

3.2.3 - sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação;



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

3.2.4 - Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;

3.2.5 - O disposto no artigo 9º da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;

3.2.6 - sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.2.7 - Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;

3.2.8 - Tenham em seu quadro, empregados menores de dezoito (18) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a dezesseis (16) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos.

**3.3 - Esta licitação destina-se exclusivamente à participação de Microempresas Individual, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte. Segundo Art. 48, da LC 123/06, alterada pela LC 147/14.**

### CLAUSULA QUARTA - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.2 receber, examinar e decidir as impugnações ao Edital;

4.1.3 iniciar a sessão pública do pregão;

4.1.4 receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

4.1.5 receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

4.1.6 receber os envelopes das propostas e dos documentos de habilitação;

4.1.7 proceder a abertura dos envelopes das propostas, examiná-las e classificá-las;

4.1.8 conduzir a etapa competitiva dos lances;

4.1.9 proceder a classificação dos licitantes depois de encerrados os lances;

4.1.10 indicar a proposta ou o lance de menor percentual e a sua aceitabilidade;

4.1.11 proceder à abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas e verificar a regularidade das documentações apresentadas a fim de declarar o vencedor;

4.1.12 negociar diretamente com o licitante para que seja obtido valor menor;

4.1.13 adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor valor, desde que não tenha havido recurso;

4.1.14 receber, examinar, instruir e decidir sobre recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;

4.1.15 elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão pública;

4.1.16 encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;

4.1.17 no julgamento da habilitação e das propostas, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

4.1.18 todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes na sessão pública.

4.2- Cabe à Comissão de Licitação durante a realização deste Pregão:

4.2.1 decidir a respeito dos recursos contra atos do Pregoeiro;

4.2.2 adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, depois de decididos os recursos porventura interpostos;

4.3 - Cabe à Assessoria Jurídica durante a realização deste Pregão:

4.3.1 prestar esclarecimentos jurídicos ao Pregoeiro, à Equipe de Apoio e à Comissão de Licitação, quando necessário;

4.3.2 elaborar parecer no caso de revogação ou anulação do Pregão;

### CLAUSULA QUINTA - DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No dia, hora e local estabelecido no item 2.1, será realizada sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e demais atos.

5.2 - O representante da licitante deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, para Credenciamento, devidamente munido de:



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

- a) Carta de Credenciamento, caso encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório. Juntamente com a Carta de Credenciamento deverá ser enviado Contrato Social e/ou Última alteração se for consolidado e/ou qualquer documento equivalente na forma da lei (autenticados) para comprovar que o OUTORGANTE possui poderes em nome da empresa, ou ainda formalizar uma procuração por instrumento público ou outro documento. ANEXO II;
- b) Cédula de Identidade; CPF do credenciado (cópias autenticada).
- c) Declaração Unificada ANEXO IV.

5.3 - As licitantes deverão credenciar representante com poderes para formular lances verbais e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao processo licitatório, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular.

5.4 - Em se tratando de sócio ou proprietário a licitante deverá apresentar original ou cópia autenticada do Registro Comercial, do ato constitutivo, do Estatuto ou do Contrato Social.

**5.5 - Para as empresas que pretenderem se beneficiar através do regime diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, também no Credenciamento, o documento expedido pela Junta Comercial.**

5.6 - A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial ou ausência do representante, não implicará exclusão da proposta no certame. Contudo, não serão aceitos lances verbais e nem manifestação em nome da licitante neste ato.

5.7 – Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado.

5.8 - Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes, e recebimento dos envelopes, o Pregoeiro não mais aceitará novo licitante.

**5.9 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, neste caso sendo habilitadas sob condição.**

**5.10 Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.**

**5.11 Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores à proposta de menor preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra microempresa ou empresa de pequeno porte.**

**5.12 Ocorrendo o empate acima descrito, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta.**

**5.13 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do LICITADOR, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.**

### CLAUSULA SEXTA - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preço (envelope n.001) – ANEXO IV, deverá ser datilografada ou impressa por processo eletrônico, em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízos à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo. Não poderá ser apresentada por meio de cópia “Xerox” nem “fax”. Deverão constar:

- a) Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ/MF da proponente;
- b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- c) Local e Data;
- d) Preço unitário e preço total, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- e) Prazo de validade da proposta mínimo de sessenta (60) dias, contado a partir da data da entrega dos envelopes;
- f) Marca do produto.

**ENVELOPE 01 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA**

**SETOR DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO PRESENCIAL N.037/2022**

**ENVELOPE N. 0001- PROPOSTA DE PREÇOS**

**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE – CNPJ – ENDEREÇO - TELEFONE – EMAIL**

Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes nº 420, Centro – CEP 86.310-000  
CNPJ 75.828.418/0001-90 / e-mail [licitacaonfr@gmail.com](mailto:licitacaonfr@gmail.com) – Telefone (43) 3552-1122



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

6.2 - Existindo discrepância entre o valor unitário e valor total, prevalecerá o unitário.

6.3 – Os preços propostos deverão incluir taxas ou despesas adicionais tais como transporte de carga, descarga, empilhamento e embalagem. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

6.4 – A proposta deverá conter, obrigatoriamente, preços líquidos, nestes incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida no contrato de fornecimento, incluindo todos os serviços, tributos incidentes, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e risco de entrega, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do (a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5 – A empresa poderá apresentar dentro do envelope 01, a proposta de preços em meio magnético (Cd-ROM (não regravável “CD-R”) ou Pen Drive,**

**6.6 - Para a elaboração da proposta de preços, o fornecedor deverá acessar o site da prefeitura através do endereço [www.novafatima.pr.gov.br](http://www.novafatima.pr.gov.br), está disponível no link “licitações” um arquivo o nome AC LICITACAO\_PR\_2022. Para preenchimento dos itens poderá usar o Modelo do Termo de Referência do ANEXO III. Para o preenchimento deverá baixar o software BETHA AUTO COTAÇÃO que também estará disponível no site.**

6.6.1 – Caso a empresa não apresente a proposta em meio eletrônico, a mesma não será inabilitada do certame. Será disponibilizado um computador para que o credenciado possa digitar as propostas.

### CLAUSULA SÉTIMA - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES

7.1 – Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes e recebimento dos envelopes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início à abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

7.2 – Da Classificação das Propostas:

7.2.1 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

7.2.2 – O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento (10%) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

7.2.3 – Se não houver, no mínimo três (03) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três (03), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

7.2.4 – Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

7.2.5 – A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

7.2.6 – Serão desclassificadas as propostas financeiras que não atenderem as condições do edital ou que deixar de apresentar os documentos exigidos na concomitantemente com a proposta.

7.3 – Dos Lances Verbais:

7.3.1 – As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de menor valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos.

7.3.2 – Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis.

7.3.3 - Na hipótese em que houver empate nos lances ofertados, será considerado o participante que primeiro ofertou o lance.

7.3.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções.





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

7.3.5 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.3.6 – Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.

### CLAUSULA OITAVA - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 – Do Julgamento:

8.1.1 – O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO POR ITEM** ofertado.

8.1.2 – Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.1.3 – Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.1.4 – Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.1.5 – Sendo aceitável a oferta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.1.6 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.1.7 – Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarado vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

8.1.8 – Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.1.9 – Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

8.1.10 – Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes “**Documentação de Habilitação**” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

### CLAUSULA NONA - DA HABILITAÇÃO

9.1 - A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

**9.1.1 - Para Habilitação Jurídica:**

9.1.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual; autenticado

9.1.1.2 - Ato Constitutivo, estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; autenticado.

9.1.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; autenticado

9.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.1.5 – Em se tratando de MEI – Micro Empreendedor Individual; apresentar o Certificado de Microempreendedor Individual (CCMEI); emitido por meio do sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.1.1.6 – RG e CPF dos Sócios da empresa (Proprietários), autenticados.

**9.1.2 - Para Qualificação Econômico-Financeira:**

9.1.2.1 - certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante.

**9.1.3 - Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:**



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

- 9.1.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.1.3.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CICAD), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, com data de validade expressa;
- 9.1.3.3 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, conjunta com Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;
- 9.1.3.4 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual na jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;
- 9.1.3.5 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal na jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;
- 9.1.3.6 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF / FGTS);
- 9.1.3.7 – Documento expedido pela Junta Comercial (em caso de ME e EPP), expedido com data de até 30 (Trinta) dias para abertura dos envelopes, para confirmação via Internet.
- 9.1.3.8 - Prova de regularidade com o Tribunal Superior do Trabalho (CNDT)

### **9.1.4 – Documentação Complementar:**

- 9.1.4.1 – Declaração Unificada ANEXO IV
- 9.1.4.2 – Se a(o) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.1.4.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Municipalidade, através do Pregoeiro e Equipe de apoio, aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação das propostas.**
- 9.1.4.4 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação na de imprensa oficial. Será aceita somente cópia legível, não sendo aceito documento cuja data esteja rasurada, facultado ao Pregoeiro, a qualquer tempo, se assim entender necessário, em caso de cópia autenticada ou publicação em órgão oficial, exigir o respectivo original p/ conferência.
- 9.1.4.5 No caso dos documentos disponíveis e emitidos via internet, bem como, com certificação e assinatura digital, a critério da Comissão de Licitação poderá ser objeto de confirmação da sua veracidade junto ao órgão competente, não sendo necessária sua autenticação por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação na imprensa oficial.

## **ENVELOPE 02 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA**

### **SETOR DE LICITAÇÕES**

### **PREGÃO PRESENCIAL N.037/2022**

### **ENVELOPE N.0002 – DOCUMENTAÇÃO**

### **RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE - CNPJ – ENDEREÇO - TELEFONE - EMAIL**

## **CLAUSULA DECIMA - DOS RECURSOS E CONTRARRAZOES**

10.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, logo após o julgamento dos documentos de Habilitação da licitante 1ª colocada na fase de lances.

10.1.1 – O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados e desclassificados.

10.1.2 – O licitante terá **03 (três) dias úteis** contados a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, para protocolar, no endereço constante no item 10.4, a peça recursal original acompanhada do contrato social ou do instrumento de procuração que conceda poderes de representação da empresa nesta licitação. Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

10.1.3 - Na hipótese de encaminhamento tempestivo da peça recursal ou das contrarrazões de recurso através de serviço de postagem, obrigatoriamente do tipo **SEDEX** ou outro método de entrega rápida equivalente, e, por qualquer motivo, os referidos documentos não sejam protocolados nesta Prefeitura Municipal de Nova Fátima, Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420 – Centro, Nova Fátima/PR - CEP: 86.310-000, Horário de Expediente: das 08h00 as 11h00 e das 13h00 as 16h00, no prazo estabelecido no item 10.1.3 - O pregoeiro somente conhecerá o recurso ou as contrarrazões de recurso se o licitante tiver encaminhado os referidos documentos, acompanhados do contrato social ou do instrumento de procuração, no mesmo prazo, para o endereço de e-mail do pregoeiro indicado na primeira folha deste edital.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

10.1.3.1 - O conhecimento do recurso ou das contrarrazões de recurso na forma descrita no item anterior está condicionada ao protocolo, ainda que posterior, dos documentos originais, consoante disposto no item 10.1.3.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso.

10.3 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.4 - Na hipótese de envio físico, Os recursos e contrarrazões de recurso de qualquer natureza devem ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados junto à **Prefeitura Municipal de Nova Fátima, Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420 – Centro, Nova Fátima/PR - CEP: 86.310-000, Horário de Expediente: das 08h00 as 11h00 e das 13h00 as 16h00**, o qual deverá receber examinar e submetê-los à autoridade competente que decidirá sobre sua pertinência. O recurso e contrarrazões devem fazer menção ao número do Pregão Presencial, número do processo e do órgão solicitante da licitação.

10.5 - O recurso contra decisão do pregoeiro somente têm efeito suspensivo em relação ao(s) lote(s) objeto da contestação.

10.6 - O acolhimento do recurso importa a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

### CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2 - Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

11.3 - A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO REGISTRO DE PREÇO

12.1 - O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da assinatura da respectiva Ata.

12.2 - Será registrado o menor preço do participante vencedor de cada item, observando-se o critério de menor preço.

12.2.1 - Os preços dos objetos a serem adquiridos são os constantes da presente Ata, ofertado pela empresa vencedora do certame que lhe deu origem.

12.2.2 - O MUNICÍPIO monitorará os preços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

12.2.3 - O MUNICÍPIO convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.2.4 - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, despesas de pessoal, etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.3 - A empresa VENCEDORA terá o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, quando deverá comparecer ao Departamento de Licitação, Prefeitura Municipal de Nova Fátima, Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420 – Centro, Nova Fátima/PR - CEP: 86.310-000, Horário de Expediente: das 08h00 as 11h00 e das 13h00 as 16h00 ou, no caso de empresas de outras localidades, será encaminhado via correio eletrônico, arquivo em PDF, para assinatura, reconhecimento de firma em cartório seguido de envio à Prefeitura do Município, via SEDEX.

12.4 - A recusa injustificada dos convocados em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, os sujeitará à aplicação das penalidades previstas no item 15 deste Edital.

12.5 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, o proponente VENCEDOR deverá apresentar documento comprobatório de ser pessoa indicada como assinante na Ata de Registro de Preço.

12.6 - Não mais sendo possível a aquisição do objeto da empresa cujos preços foram registrados em Ata, a aquisição poderá ser efetuada, a critério da administração, com os demais participantes do certame, obedecidas a ordem de classificação e habilitação, através de formalização Ata de Registro de Preços.

12.7 - Este Edital e seus Anexos integrarão a Ata de Registro de Preços, independente de transcrição e não obriga o Município a adquirir o objeto.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

- 13.1 - Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 13.2 Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 13.3 Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 13.4 Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 13.5 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 13.6 Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

### CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 14.1 - O pagamento será efetuado entre os dias 10 e 20 do mês subsequente ao da entrega dos materiais/prestação dos serviços, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo órgão competente, através de depósito bancário. No momento da Emissão da Nota fiscal a empresa deverá enviá-la por fax 43 3552-1122 ou no e-mail: **comprasnovafatima@gmail.com**, confirmando o seu recebimento.
- 14.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções. A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação, termo de contrato e tipo de licitação.
- 14.3 - A empresa vencedora deverá fornecer no corpo da nota fiscal o número da conta corrente e agência para realização do pagamento. Caso a licitante vencedora não tenha conta corrente nos bancos Oficiais do Município (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), deverá fazer a emissão de boletos, caso contrario as despesas com taxas correspondente aos pagamentos ficará a cargo da contratada.
- 14.4 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 14.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.
- 14.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 14.6 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.
- 14.7 - A liberação de cada parcela fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND; e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.
- 14.8 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor da Contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.
- 14.8.1 - Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;
- 14.8.2 - O CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

### CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições legais.
- 15.1.1 - advertência;
- 15.1.2 – multa, observados os seguintes limites máximos:
- a) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;
- b) multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;
- 15.1.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora por prazo não superior a 2 (dois) anos.





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

15.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

15.2 - As sanções previstas nos itens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4 deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.3 - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

15.4 - Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem ou serviço atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 15.7.

15.5 - Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 15.6, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

15.6 - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

15.7 - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

15.8 - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

15.9 - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

15.10 - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

15.11 - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

15.12 - A aplicação da multa a que se refere o item 15.5 e seguintes não impede a rescisão unilateral do contrato/Ata nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, bem como sua inclusão na dívida ativa.

15.13 - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

15.13.1 recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

15.13.2 não mantiver sua proposta;

15.13.3 incorrer em inexecução contratual.

15.14 - A aplicação da sanção prevista no item 15.1.3 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Nova Fátima/PR.

15.15 - Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

15.16 - A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

15.16.1 fizer declaração falsa na fase de habilitação;

15.16.2 apresentar documento falso;

15.16.3 frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

15.16.4 afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

15.16.5 agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

15.16.6 tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.16.7 demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº8.884/94;

15.16.8 tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

15.16.9 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Nova Fátima/PR.

15.16.10 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

15.17 - As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

15.17.1 às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

15.17.2 às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

### **15.18 PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.18.1 – As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:

15.18.1.1 o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;

15.18.1.2 o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

15.18.1.3 o acusado dispõe de 05 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;

15.18.1.4 caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;

15.18.1.5 quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;

15.18.1.6 concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

15.18.1.7 transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;

15.18.1.8 todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

15.18.1.9 da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Nova Fátima com exceção caso o término do prazo expire num sábado ou feriado, ainda assim, contará para os fins legais.

16.6 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

16.7 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Ofício do Município, Sítio eletrônico do Município no site <http://www.novafatima.pr.gov.br> e e-mail [licitacaonfpr@gmail.com](mailto:licitacaonfpr@gmail.com)

16.10 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

16.11 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

16.12 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

16.13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Nova Fátima.

16.14 - Constitui parte integrante deste edital:

16.14.1 - Anexo I - Termo de Referência;

16.14.2 – Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento

16.14.3 – Anexo III – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta Final para Prestação dos Serviços/Fornecimento

16.14.4 – Anexo IV – Declaração Unificada

16.14.5 - Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preço

Nova Fátima, 02 de Maio de 2022.

---

**ROBERTO CARLOS MESSIAS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**CONTRATANTE**

---

**BRUNO ZORZIN**  
**PREGOEIRO**

---

**CENILTO CARLOS DA SILVA**  
**ADVOGADO**



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR MÁXIMO

1.1. A presente licitação tem por objeto **Registro de Preços para futura e/ou eventual aquisição de materiais elétricos, atendendo necessidades de manutenção do Município suas Secretárias e Departamentos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

#### ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

Lotes	Itens	Descrição	Und	Qtd	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Aparelho Telefônico com Fio	UND	20	R\$ 174,50	<b>R\$ 3.490,00</b>
2	2	Auto Transformadoe 7000 VA BIVOLT	UND	8	R\$ 527,09	<b>R\$ 4.216,72</b>
3	3	Barramento Trifásico 12 Polos 22,5cm	UND	50	R\$ 28,44	<b>R\$ 1.422,00</b>
4	4	Barramento Trifásico 3P 100A DISJ	UND	10	R\$ 259,28	<b>R\$ 2.592,80</b>
5	5	Base p/ Rele fotoelétrico	UND	200	R\$ 12,24	<b>R\$ 2.448,00</b>
6	6	Base para Barramento de Neutro Azul	UND	10	R\$ 14,69	<b>R\$ 146,90</b>
7	7	Cabo Multi Forca A-3/A-4 – Plugue 03 pinos padrão brasileiro, plugue IEC fêmea, comprimento 1,20 mt	UND	50	R\$ 22,78	<b>R\$ 1.139,00</b>
8	8	Caixa de Concreto 30x30 c/tampa	UND	10	R\$ 65,79	<b>R\$ 657,90</b>
9	9	Campainha Bivolt S/Fio CP	UND	5	R\$ 124,10	<b>R\$ 620,50</b>
10	10	Cola de Silicone Acético 50g	UND	150	R\$ 8,09	<b>R\$ 1.213,50</b>
11	11	Esmerilhadeira2000W 7 110V	UND	2	R\$ 1.462,08	<b>R\$ 2.924,16</b>
12	12	Filtro de Linha 06 Tomadas, Plástico ABS, Anti-chamas, Chave Liga-Desliga, Corrente 10A em 127V / 6A em 220V, 127V/220V Bivolt, Cabo PP 3x0,75mm de 3,00 metros certificado pelo Inmetro, Tomadas FNT NBR 14136.	UND	30	R\$ 57,80	<b>R\$ 1.734,00</b>
13	13	Lanterna LED Holofote Bivolt Recarregável - Recarregável na rede elétrica (Não utiliza pilhas), No mínimo 90 Lúmenes, Tensão 110/220W, Capacidade: 1000 mAh, Interruptor Liga/Desliga com 2 posições de intensidade de iluminação, Com refletores especiais que proporcionam melhor iluminação, Autonomia: aproximadamente 8 horas. Garantia: 3 meses de garantia legal por lei, contando a partir da data de emissão da Nota Fiscal de Venda contra defeitos de fabricação	UND	15	R\$ 67,64	<b>R\$ 1.014,60</b>
14	14	Mandril 5/8" Cônico	UND	5	R\$ 205,07	<b>R\$ 1.025,35</b>
15	15	Plaina 710W 110V	UND	3	R\$ 864,36	<b>R\$ 2.593,08</b>
16	16	Reator Vapor Met/Sodio 400W	UND	80	R\$ 152,25	<b>R\$ 12.180,00</b>
17	17	Rele Falta de Fase 220V	UND	30	R\$ 146,66	<b>R\$ 4.399,80</b>
18	18	Serra Copo Diamantado 60MM C/Haste Guia	UND	5	R\$ 170,85	<b>R\$ 854,25</b>
19	19	Ventilador de Parede 60CM PR Biv.	UND	50	R\$ 394,91	<b>R\$ 19.745,50</b>
<b>LOTE - FIOS E CABOS</b>						
20	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
	20	Cabo 750V Flexível 1,50MM	MT	3.000	R\$ 1,57	R\$ 4.710,00
	21	Cabo 750V Flexível 10,00MM	MT	1.000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
	22	Cabo 750V Flexível 2,50MM	MT	3.000	R\$ 2,68	R\$ 8.040,00
	23	Cabo 750V Flexível 4,00MM	MT	2.000	R\$ 4,04	R\$ 8.080,00
	24	Cabo 750V Flexível 6,00MM	MT	2.000	R\$ 5,67	R\$ 11.340,00
	25	Cabo de Aço Galv. 3/16 6x07	MT	100	R\$ 6,40	R\$ 640,00
	26	Cabo de alumínio quadruplex10mm	MT	200	R\$ 9,74	R\$ 1.948,00
	27	Cabo de alumínio quadruplex16mm	MT	300	R\$ 14,17	R\$ 4.251,00
	28	Cabo Flexível 1KV 120,00MM 90° Especial	MT	100	R\$ 140,40	R\$ 14.040,00
	29	Cabo Flexível 1KV 16,00MM 90° Especial	MT	100	R\$ 18,86	R\$ 1.886,00
	30	Cabo Flexível 1KV 2,50MM 90° Especial	MT	300	R\$ 3,44	R\$ 1.032,00
	31	Cabo Flexível 1KV 25,00MM 90° Especial	MT	100	R\$ 26,69	R\$ 2.669,00
	32	Cabo Flexível 1KV 35,00MM 90° Especial	MT	150	R\$ 35,83	R\$ 5.374,50
	33	Cabo Flexível 1KV 50,00MM 90° Especial	MT	100	R\$ 53,42	R\$ 5.342,00
	34	Cabo Flexível 1KV 70,00MM 90° Especial	MT	100	R\$ 75,27	R\$ 7.527,00
	35	Cabo NU Cobre 35MM p/metro (1M=0,314k)	MT	200	R\$ 38,76	R\$ 7.752,00
	36	Cabo NU Cobre 50MM p/Metro (1M=0,454K)	M	200	R\$ 54,60	R\$ 10.920,00
	37	Cabo PP 2X 2,50 mm	MT	1000	R\$ 6,66	R\$ 6.660,00
	38	Cabo PP 3X 1,50MM 750V	MT	300	R\$ 7,15	R\$ 2.145,00
	39	Cabo PP 3X 10,00MM 1KV	MT	200	R\$ 38,18	R\$ 7.636,00
	40	Cabo PP 3X 2,50MM 750V	MT	300	R\$ 10,89	R\$ 3.267,00
	41	Cabo PP 4X 10,00MM 1KV	MT	200	R\$ 48,53	R\$ 9.706,00
	42	Cabo PP 5X 2,50 MM 1KV	MT	200	R\$ 32,95	R\$ 6.590,00
	43	Cabo Rígido 1KV 35MM	MT	100	R\$ 43,69	R\$ 4.369,00
	44	Cabo Silicone 4,0MM 750V-200° S/Fibra	MT	50	R\$ 13,51	R\$ 675,50
	45	Cordão Paralelo 2x1,50MM	MT	1.000	R\$ 3,56	R\$ 3.560,00





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

	46	Cordão Paralelo 2x2,50mm	MT	1.000	R\$ 5,46	R\$ 5.460,00
	47	Cordão Paralelo 2x4,00mm	MT	1.000	R\$ 8,54	R\$ 8.540,00
	48	Fio 750V Rígido 10,0MM	MT	1.000	R\$ 18,13	R\$ 18.130,00
	49	Fio 750V Rígido 2,5MM	MT	2.000	R\$ 2,72	R\$ 5.440,00
	50	Fio 750V Rígido 4,0MM	MT	1.000	R\$ 6,43	R\$ 6.430,00
	51	Fio 750V Rígido 6,0MM	MT	1.000	R\$ 7,95	R\$ 7.950,00
	52	Fio Sólido 10,00MM	MT	2.000	R\$ 12,58	R\$ 25.160,00
	53	Fio Telefone FE100 Externo Preto	MT	1500	R\$ 2,01	R\$ 3.015,00
	54	Fio Telefônico CCI 40 x 2 Pares	RL	2000	R\$ 1,43	R\$ 2.860,00
<b>Total Lote</b>						<b>R\$ 233.145,00</b>
<b>LOTE - ITENS PVC</b>						
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
21	55	Curva de PVC 90 1" Longa	UND	20	R\$ 6,81	R\$ 136,20
	56	Curva de PVC 90 2"	UND	20	R\$ 21,18	R\$ 423,60
	57	Flange pvc 1" (bucha/arruela)	UND	200	R\$ 2,10	R\$ 420,00
	58	Flange pvc 2" (bucha/arruela)	UND	20	R\$ 4,17	R\$ 83,40
	59	Flange pvc 3/4" (bucha/arruela)	UND	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
	60	Luva PVC 1"	UND	20	R\$ 3,54	R\$ 70,80
	61	Luva PVC 2"	UND	20	R\$ 7,26	R\$ 145,20
	62	Luva Vaqueta	PAR	100	R\$ 17,99	R\$ 1.799,00
	63	Tubo PVC 03 1"	Br	20	R\$ 15,98	R\$ 319,60
	64	Tubo PVC 2"	Br	20	R\$ 47,84	R\$ 956,80
	65	Tubo PVC 3/4"	Br	20	R\$ 15,13	R\$ 302,60
66	Tubo PVC1" - CP	Br	20	R\$ 15,98	R\$ 319,60	
<b>Total Lote</b>						<b>R\$ 5.338,80</b>
<b>LOTE - CONJUNTOS</b>						
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
22	67	Conjunto c/Placa 4"x2" - 1 Interruptor Simples	UND	100	R\$ 13,44	R\$ 1.344,00
	68	Conjunto c/Placa 4"x2" - 1 Tomada + 1 Interruptor	UND	100	R\$ 17,34	R\$ 1.734,00
	69	Conjunto c/Placa 4"x2" - 1 Tomada + 2 Interruptor	UND	100	R\$ 20,08	R\$ 2.008,00
	70	Conjunto c/Placa 4"x2" - 1 Tomada 2P+T 10a	UND	100	R\$ 12,05	R\$ 1.205,00
	71	Conjunto c/Placa 4"x2" - 1 Tomada 2P+T 20A	UND	100	R\$ 13,89	R\$ 1.389,00
	72	Conjunto c/Placa 4"x2" - 2 Interruptor Simples	UND	100	R\$ 14,43	R\$ 1.443,00
	73	Conjunto c/Placa 4"x2" - 3 Interruptor Simples	UND	100	R\$ 21,89	R\$ 2.189,00
	74	Conjunto Caixa+Tampa Sobrepor - 3 Módulos Linha Modular Sobrepor	UND	100	R\$ 8,71	R\$ 871,00
	75	CX Externa p/01 Modulo	UND	250	R\$ 5,42	R\$ 1.355,00
	76	Módulo - 1 Interruptor Simples 10A/250V~ Linha Modular Sobrepor	UND	130	R\$ 6,05	R\$ 786,50
	77	Módulo - 1 Tomada 2P+T 10A/250V~ Linha Modular Sobrepor	UND	100	R\$ 6,83	R\$ 683,00
	78	Módulo - 1 Tomada 2P+T 20A/250V~ Linha Modular Sobrepor	UND	100	R\$ 7,04	R\$ 704,00
	79	Módulo - Complementar CEGO Linha Modular Sobrepor	UND	200	R\$ 1,35	R\$ 270,00
	80	Módulo - Conector RJ11 - 2 Vias Linha Modular Sobrepor	UND	100	R\$ 7,86	R\$ 786,00
	81	Módulo - Conector RJ45 - 8 Vias Linha Modular Sobrepor	UND	100	R\$ 15,88	R\$ 1.588,00
82	Tampa Cega 4x2	UND	30	R\$ 4,09	R\$ 122,70	
83	Tampa Cega 4x4	UND	30	R\$ 8,56	R\$ 256,80	
<b>Total Lote</b>						<b>R\$ 18.735,00</b>
<b>LOTE - TUBOS METALICOS</b>						
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
23	84	Tubo Cobre B 1/4" CP	KG	10	R\$ 178,12	R\$ 1.781,20
	85	Tubo Cobre D 3/8"	KG	10	R\$ 178,12	R\$ 1.781,20
	86	Tubo Cobre E 1/2"	KG	10	R\$ 178,12	R\$ 1.781,20
	87	Tubo isolamento térmico p/tubo cobre 1/2	UND	20	R\$ 3,99	R\$ 79,80
	88	Tubo isolamento térmico p/tubo cobre 1/4	UND	20	R\$ 3,99	R\$ 79,80
<b>Total Lote</b>						<b>R\$ 5.503,20</b>
<b>LOTE - SOQUETES</b>						
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
24	89	Plafon Nylon c/soquete E-27	UND	300	R\$ 6,24	R\$ 1.872,00
	90	Soquete Enerbrasp/Lâmpada Fluor	UND	500	R\$ 3,18	R\$ 1.590,00
	91	Soquete Pendente C/Rabicho	UND	300	R\$ 5,86	R\$ 1.758,00
	92	Soquete Porcelana E-27	UND	50	R\$ 3,85	R\$ 192,50
	93	Soquete Porcelana E-40	UND	20	R\$ 12,97	R\$ 259,40
	94	Adaptador de Soquete E-40 para E-27	UND	20	R\$ 39,90	R\$ 798,00
<b>Total Lote</b>						<b>R\$ 6.469,90</b>
<b>LOTE - LAMPADAS</b>						
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
25	95	Lâmpada Bola 40W 127V Leitosa	UND	300	R\$ 7,74	R\$ 2.322,00
	96	Lâmpada Colorida 15W 127V	UND	100	R\$ 7,74	R\$ 774,00
	97	Lâmpada Fluor tubular Led 09W 6500K	UND	100	R\$ 24,93	R\$ 2.493,00
	98	Lâmpada Fluor Tubular Led 18W 6500K	UND	300	R\$ 27,34	R\$ 8.202,00
	99	Lâmpada Led 12W BIV E27 6500K	UND	300	R\$ 11,41	R\$ 3.423,00
	100	Lâmpada Led 25W BIV E27 6500K	UND	200	R\$ 35,57	R\$ 7.114,00



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

	101	Lâmpada Led 30W BIV E27 6500K	UND	150	R\$ 45,04	R\$ 6.756,00
	102	Lâmpada Led 40W BIV E27 6500K	UND	100	R\$ 56,89	R\$ 5.689,00
	103	Lâmpada Mista 160W E-27	UND	100	R\$ 17,43	R\$ 1.743,00
	104	Lâmpada Vapor Metálico 400W TUB E40	UND	80	R\$ 89,43	R\$ 7.154,40
	105	Lâmpada Vapor Sódio 70W	UND	100	R\$ 32,01	R\$ 3.201,00
	106	PROJETOR DE LED DE 50W: IP65	UND	80	R\$ 93,24	R\$ 7.459,20
	<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 56.330,60</b>
	<b>LOTE - DISJUNTOR / CONTATOR</b>					
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
	107	Contator 12A – 220v	UND	20	R\$ 129,68	R\$ 2.593,60
	108	Contator 25A – 220v	UND	20	R\$ 169,12	R\$ 3.382,40
	109	Contator 32A – 220v	UND	20	R\$ 254,46	R\$ 5.089,20
	110	Contator 50A – 220v	UND	20	R\$ 450,18	R\$ 9.003,60
	111	Disjuntor Din C 1x 16A	UND	50	R\$ 10,69	R\$ 534,50
	112	Disjuntor Din C 1X 20A	UND	50	R\$ 10,57	R\$ 528,50
	113	Disjuntor Din C 1X 32A	UND	50	R\$ 10,57	R\$ 528,50
	114	Disjuntor Din C 1X 50A	UND	50	R\$ 13,57	R\$ 678,50
	115	Disjuntor Din C 2X 16A	UND	50	R\$ 44,68	R\$ 2.234,00
	116	Disjuntor Din C 2X 20A	UND	50	R\$ 44,68	R\$ 2.234,00
	117	Disjuntor Din C 2X 25A	UND	50	R\$ 44,68	R\$ 2.234,00
26	118	Disjuntor Din C 2X 32A	UND	50	R\$ 44,68	R\$ 2.234,00
	119	Disjuntor Din C 2X 50A	UND	50	R\$ 49,60	R\$ 2.480,00
	120	Disjuntor Din C 2X 63A	UND	50	R\$ 61,09	R\$ 3.054,50
	121	Disjuntor Din C 3X 100A 10KA	UND	25	R\$ 198,99	R\$ 4.974,75
	122	Disjuntor Din C 3X 10A	UND	50	R\$ 53,36	R\$ 2.668,00
	123	Disjuntor Din C 3X 25A	UND	50	R\$ 53,36	R\$ 2.668,00
	124	Disjuntor Din C 3X 32A	UND	50	R\$ 53,36	R\$ 2.668,00
	125	Disjuntor Din C 3X 40A	UND	50	R\$ 55,82	R\$ 2.791,00
	126	Disjuntor Din C 3X 50A	UND	50	R\$ 55,82	R\$ 2.791,00
	127	Disjuntor UL 2X 50A	UND	50	R\$ 69,44	R\$ 3.472,00
	128	Disjuntor UL 3X 125A	UND	5	R\$ 374,57	R\$ 1.872,85
	129	Disjuntor UL 3X 200A	UND	5	R\$ 441,97	R\$ 2.209,85
	130	Disjuntor UL 3X 50A	UND	38	R\$ 86,70	R\$ 3.294,60
	<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 66.219,35</b>
	<b>LOTE - ITENS CHUVEIRO</b>					
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
27	131	Braço p/Chuveiro 40cm Branco	UND	20	R\$ 19,29	R\$ 385,80
	132	Chuveiro 127V 5500W, com no mínimo 3 temperatura	UND	30	R\$ 92,61	R\$ 2.778,30
	133	Chuveiro 220V 5500W, com no mínimo 3 temperatura	UND	30	R\$ 111,74	R\$ 3.352,20
	<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 6.516,30</b>
	<b>LOTE - BROCAS E PARAFUSOS</b>					
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
	134	Broca Aço Rápido 6,00MM	UND	15	R\$ 11,03	R\$ 165,45
	135	Broca Aço Rápido 5,00MM	UND	15	R\$ 8,94	R\$ 134,10
	136	Broca p/Concreto8,00MM	UND	10	R\$ 14,23	R\$ 142,30
	137	Gancho P/Bucha S-10 Fechado	UND	50	R\$ 1,06	R\$ 53,00
28	138	Parafuso Madeira 4,2X30	UND	200	R\$ 0,23	R\$ 46,00
	139	Parafuso Máquina 5/8 X 6	UND	50	R\$ 13,72	R\$ 686,00
	140	Parafuso Armação 5/8 X 7	UND	50	R\$ 15,77	R\$ 788,50
	141	Parafuso Sextavado Soberba 1/4"X65	UND	200	R\$ 1,36	R\$ 272,00
	142	Parafuso Sextavado Soberba 1/4"X50 para bucha 10	UND	100	R\$ 1,36	R\$ 136,00
	143	Parafuso Sextavado Soberba 3/16"X50 para bucha 08	UND	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
	144	Parafuso Phillips Soberba 3/8"X40 para bucha 06	UND	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
	<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 2.663,35</b>
	<b>LOTE - PADRÃO COPEL</b>					
	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
	145	Armação presbow1 x 1	UND	50	R\$ 24,95	R\$ 1.247,50
	146	Armação presbow2 x 2	UND	50	R\$ 43,96	R\$ 2.198,00
	147	Arruela Quadrada Padrão Copel	UND	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
	148	Braçadeira p/ Caixa Universal Padrão Copel	UND	60	R\$ 17,89	R\$ 1.073,40
	149	Cabeçote Alumínio/PVC 2"	UND	10	R\$ 6,80	R\$ 68,00
	150	Cabeçote PVC Eletroduto 1"	UND	10	R\$ 2,85	R\$ 28,50
29	151	CX Padrão AN1 METAL	UND	15	R\$ 151,27	R\$ 2.269,05
	152	CX Padrão CN1 METAL	UND	15	R\$ 229,87	R\$ 3.448,05
	153	CX Padrão CN1 Polifásica com Lente	UND	15	R\$ 489,90	R\$ 7.348,50
	154	Grampo Haste 5/8 PA 30 Padrão Copel	UND	50	R\$ 6,60	R\$ 330,00
	155	Grampo p/cabo de Aço 3/16	UND	50	R\$ 1,01	R\$ 50,50
	156	Haste Terra Cobreada5/8 x 2,4m Padrão Copel	Br	20	R\$ 53,54	R\$ 1.070,80
	157	Isolador Olhal (Pimentão) 5/16	UND	10	R\$ 6,25	R\$ 62,50
	158	Isolador Roldana 72X72 Porcelana	UND	100	R\$ 6,21	R\$ 621,00



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

159	POSTE ENTRADA SERVICO 0,75 X 7,20	UND	5	R\$ 345,26	R\$ 1.726,30
160	POSTE ENTRADA SERVICO 100 X 7,20	UND	20	R\$ 387,45	R\$ 7.749,00
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 29.411,10</b>
<b>LOTE - FITAS ISOLANTES</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
161	Fita Auto fusão 10MT 19MM	RL	30	R\$ 31,26	R\$ 937,80
162	Fita Isolante 20 Metros Preta	UND	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
163	Fita Isolante Colorida 13MM X 10Mt Azul	UND	40	R\$ 4,68	R\$ 187,20
164	Fita Isolante Colorida 13MM X 10Mt Amarela	UND	40	R\$ 4,68	R\$ 187,20
165	Fita Isolante Colorida 13MM X 10Mt Vermelha	UND	40	R\$ 4,68	R\$ 187,20
166	Fita Isolante Colorida 13MM X 10Mt Verde	UND	40	R\$ 4,68	R\$ 187,20
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 2.486,60</b>
<b>LOTE - MANGUEIRAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
167	Espaguete Espiral 1" 2mt Preto	UND	100	R\$ 30,57	R\$ 3.057,00
168	Mangueira Flexível 2 3/4" 25MM	MT	500	R\$ 2,48	R\$ 1.240,00
169	Mangueira Flexível 1" 32MM	MT	500	R\$ 3,74	R\$ 1.870,00
170	Mangueira Flexível 1.1/2"	MT	100	R\$ 5,14	R\$ 514,00
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 6.681,00</b>
<b>LOTE - CAIXAS DE PASSAGEM</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
171	CX Passagem Metal Embutir 15x15	UND	15	R\$ 28,95	R\$ 434,25
172	CX Passagem 2x4	UND	200	R\$ 3,49	R\$ 698,00
173	CX Passagem 4x4	UND	20	R\$ 6,34	R\$ 126,80
174	CX Passagem Metal 30x30	UND	20	R\$ 72,55	R\$ 1.451,00
175	CX Passagem PVC Embutir 15x15	UND	10	R\$ 36,12	R\$ 361,20
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 3.071,25</b>
<b>LOTE - CAIXAS DE COMANDO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
176	Caixa de Comando 40x40x20	UND	5	R\$ 278,52	R\$ 1.392,60
177	Caixa de Comando 50x40x25	UND	10	R\$ 346,35	R\$ 3.463,50
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 4.856,10</b>
<b>LOTE - CHAVES MAGNÉTICAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
178	Chave Boia Unip. 15A	UND	10	R\$ 58,64	R\$ 586,40
179	Chave Controle Veloc. Rotativa	UND	100	R\$ 36,59	R\$ 3.659,00
180	Chave Magnética 02,00CV	UND	4	R\$ 210,22	R\$ 840,88
181	Chave Magnética 05,00CV	UND	4	R\$ 304,90	R\$ 1.219,60
182	Chave Magnética 07,50CV	UND	4	R\$ 351,24	R\$ 1.404,96
183	Chave Magnética 10,00CV	UND	4	R\$ 514,89	R\$ 2.059,56
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 9.770,40</b>
<b>LOTE - ELETRODUTOS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
184	Eletroduto Flexível 1"	BR	500	R\$ 5,14	R\$ 2.570,00
185	Eletroduto Flexível 3/4"	BR	500	R\$ 3,64	R\$ 1.820,00
186	Eletroduto PVC Rígido 1" 3mts	BR	20	R\$ 21,90	R\$ 438,00
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 4.828,00</b>
<b>LOTE - FUSIVEIS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
187	Fusível 10 amperes Cartucho	UND	50	R\$ 10,02	R\$ 501,00
188	Fusível 20 amperes Cartucho	UND	50	R\$ 10,02	R\$ 501,00
189	Fusível 30 amperes Cartucho	UND	50	R\$ 14,27	R\$ 713,50
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 1.715,50</b>
<b>LOTE - ADAPTADORES</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
190	Pino Adaptador 2P+T p/novo padrão 1661	UND	50	R\$ 7,06	R\$ 353,00
191	Pino Adaptador 3 Saldas 2P+T Padrão	UND	50	R\$ 15,43	R\$ 771,50
192	Pino Adaptador 4 Saldas 2P+T Padrão Novo	UND	50	R\$ 22,23	R\$ 1.111,50
193	Pino Fêmea 2P+T20A	UND	50	R\$ 10,16	R\$ 508,00
194	Pino Macho 2P+T10A	UND	50	R\$ 6,75	R\$ 337,50
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 3.081,50</b>
<b>LOTE - QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
201	QD Distribuição 2 Disj.Din, Branco, Sobrepor	UND	22	R\$ 20,90	R\$ 459,80
202	QD Distribuição 36 Disj.Din C/Porta Transp, Embutir.	UND	2	R\$ 231,69	R\$ 463,38
203	QD Distribuição 54 Disj.Din C/Porta Branca, Embutir.	UND	1	R\$ 438,88	R\$ 438,88
204	QD Distribuição 8 Disj.Din C/Porta Branca, Embutir.	UND	10	R\$ 57,63	R\$ 576,30
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 1.938,36</b>
<b>LOTE - CONECTORES E TERMINAIS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

73	Conector Split Bolt 35mm	UND	50	R\$ 13,93	R\$ 696,50
74	Conector Split Bolt 50mm	UND	100	R\$ 16,43	R\$ 1.643,00
72	Conector Split Bolt 10mm	UND	50	R\$ 7,61	R\$ 380,50
226	Terminal Compressao 35MM	UND	50	R\$ 3,93	R\$ 196,50
227	Terminal Compressao 50MM	UND	50	R\$ 6,86	R\$ 343,00
229	Terminal de Pressão 16mm (Sapata Aperto)	UND	60	R\$ 9,61	R\$ 576,60
220	Terminal de Pressão 35mm (Sapata Aperto)	UND	50	R\$ 19,98	R\$ 999,00
228	Terminal Pre-Isol.Amar.Anel 2,70MM	UND	150	R\$ 0,57	R\$ 85,50
221	Terminal Pre-Isol.Azul.Pino 2,5MM-12MM	UND	200	R\$ 0,49	R\$ 98,00
222	Terminal Pre-Isol.Verm.Pinolhos 10MM	UND	200	R\$ 1,54	R\$ 308,00
223	Trilho P/Fixação 35MM 1MT	Br	10	R\$ 18,23	R\$ 182,30
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 5.508,90</b>
<b>LOTE - REBITES</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
40	209 Rebitador Manual 10"	UND	5	R\$ 64,24	R\$ 321,20
	210 Rebite Alumínio 4,8X21 Milheiro	UND	5	R\$ 33,53	R\$ 167,65
	211 Rebite Alumínio 4,8X25 Milheiro	UND	5	R\$ 55,26	R\$ 276,30
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 765,15</b>
<b>LOTE - ITENS PLASTIVOS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
41	12 Braçadeira Nylon 200MM 3,5 BCA 100 PC	PC	60	R\$ 17,43	R\$ 1.045,80
	13 Braçadeira Nylon 280 MM 3,5 BCA 100 PC	PC	60	R\$ 25,12	R\$ 1.507,20
	14 Braçadeira Nylon 370 MM 7,0 PTA 50 PC	PC	60	R\$ 34,47	R\$ 2.068,20
	58 Canaleta 110x80x2000mm C/Tampa, PVC, Lisa, Branca	UND	10	R\$ 126,48	R\$ 1.264,80
	59 Canaleta 20x10x2000mm C/Tampa + Fita Adesiva, Branca	UND	200	R\$ 12,33	R\$ 2.466,00
	60 Canaleta 50x20x2000mm C/Tampa + Fita Adesiva, Branca	UND	100	R\$ 24,45	R\$ 2.445,00
	215 Roldana Plástica 30X30	UND	50	R\$ 0,33	R\$ 16,50
	216 Roldana Plástica 36X36	UND	500	R\$ 0,53	R\$ 265,00
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 11.078,50</b>
<b>LOTE - PILHAS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
42	189 Pilha Alcalina Palito AAA c/ 16 Und	PCT	20	R\$ 36,98	R\$ 739,60
	190 Pilha Alcalina Pequena AA c/ 16 Und	PCT	20	R\$ 34,85	R\$ 697,00
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 1.436,60</b>
<b>LOTE - PARA RAIOS</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
43	180 Para Raio Eletrônico 45KA 275V	UND	5	R\$ 113,24	R\$ 566,20
	181 Para Raio Franklin 300MM PRF-1	UND	5	R\$ 105,26	R\$ 526,30
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 1.092,50</b>
<b>LOTE - SUPORTES AR CONDICIONADO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>V. Unit R\$</b>	<b>V. Total R\$</b>
44	222 Suporte p/Ar 18/30000 BTU	UND	20	R\$ 64,88	R\$ 1.297,60
	223 Suporte p/Ar PU 400MM CP	UND	20	R\$ 47,09	R\$ 941,80
<b>Total Lote</b>					<b>R\$ 2.239,40</b>
<b>Total Licitação</b>					<b>R\$ 555.300,42</b>

1.2 Valor máximo estimado da licitação **R\$ 555.300,42 (Quinhentos e Cinquenta e Cinco mil Trezentos reais e Quarenta e dois centavos).**

### CLAUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVAS

2.1. DO OBJETO: O registro destes itens se faz necessário para atender as necessidades do Município, suas Secretarias e Departamentos no que se refere a eventuais manutenções de equipamentos e instalações elétricas.

2.2 DA ESTIMATIVA: As estimativas de quantidades constituem mera previsão dimensionada, e serve somente como referência para elaboração da proposta não estando o município obrigado a realizá-las em sua totalidade, não cabendo a CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização. Portanto, o município se reserva ao direito de, a seu critério, utilizar ou não as quantidades previstas. O ponto de partida para definição das quantidades foi o relatório de consumo e saldo da licitação vigente.

2.3 DA ESTIMATIVA DE PREÇOS: O levantamento de preços foi realizado através de pesquisa com fornecedores locais e através do contrato mais recente e de contratos firmados com município vizinhos.

2.4 DO REGISTRO DE PREÇOS: Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de itens cuja necessidade dar-se-á de forma variada, além disso, a natureza do objeto não permite a definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

2.5 DO PREGÃO PRESENCIAL: A O art. 1º, § 1º, do Decreto 10.024/19 prescreve a obrigatoriedade do pregão eletrônico para bens e serviços comuns, excepcionando-o, porém, mediante prévia justificativa da autoridade competente, desde que comprovada à inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração, hipótese em que se cogita a adoção do formato presencial (§ 4º, do art. 1º). Neste caso, se faz necessário o Pregão Presencial tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois neste município se encontra grande número de empresas do ramo de materiais elétricos, aptas a participar de licitações presenciais; É de conhecimento que se trata de pequenas empresas, muitas vezes familiares, sem contato com ferramentas eletrônicas, principalmente as que realizam licitações no meio eletrônico. Empresas localizadas na região do Município podem concorrer em processo licitatório com preço mais vantajoso, tendo em vista sua proximidade e grande número. É fato que o modo eletrônico, do ponto de vista da participação das empresas, permite um número maior de licitantes, mas por se tratar de empresas pequenas, onde o deslocamento dos veículos deste município para localidades mais distantes no local da execução dos serviços e o traslado de retorno para o município, tornaria inviável a participação de empresas mais distantes que por ventura se beneficiariam da participação por meio eletrônico, não concorreriam com iguais condições com empresas locais, pois seus preços deverão conter previsão de custos com transporte; Empresas locais não têm estes custos. Tendo em vista o interesse em valorizar e fortalecer as empresas locais, a economia, a vantajosidade, considerando que seriam restritivas as empresas locais e regionais a abertura de tal processo no meio eletrônico pela inviabilidade ou grande dificuldade de sua participação, o fomento a empresas locais e as melhores condições ao setor público, o grande diferencial na participação neste processo é a localização das empresas em relação a este município; A modalidade eletrônica que permite uma ampla participação independentemente da localização da licitante, não se mostra interessante em relação a presencial. Diante do exposto, decidiu-se pela sua realização na modalidade presencial.

### CLAUSULA TERCEIRA - PRAZOS E LOCAIS DE EXECUÇÃO E ENTREGA DOS BENS

3.1- Os itens objetos desta licitação deverão ser entregues até **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da solicitação feita pelo Setor de Compras, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos:

3.1.1. Os produtos poderão ser retirados pelo Contratante junto a Contratada ou entregues pela Contratada nos locais solicitados pela Contratante, dentro do município sem custo adicional de entrega.

3.1.2. A aquisição poderá ser feita de forma fracionada, de acordo com a solicitação do Setor de Compras.

3.2. Caso os itens não sejam entregues no prazo estabelecido acima, e os mesmos não estejam de acordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Nova Fátima/PR.

3.3 O recebimento dos produtos será efetuado pelo setor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido no item 3.1, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

3.4 Nas entregas deverão ser respeitadas, rigorosamente, as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância das condições acima listadas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente;

3.5 Constatado que o produto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício ao Departamento de Compras e Licitações, o qual posteriormente notificará a empresa vencedora, para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível;

3.6 Em caso de devolução dos produtos, por estarem em desacordo com as especificações, todas, as despesas serão atribuídas à CONTRATADA devendo este providenciar com a máxima urgência a sua substituição ou adequação ao edital.

3.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Departamento Jurídico, através, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

### CLAUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os objetos deste edital serão dados como recebido conforme:

a. **Recebimento Provisório:** A partir da data da entrega do objeto solicitado, o Responsável Técnico do Departamento solicitante e fiscal da Ata de Registro de Preços, **responsável pelo recebimento terá um**



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

**prazo de 02 (duas) horas úteis para conferência da Nota Fiscal**, data de validade dos produtos, lote, quantidade, bem como verificar a conformidade do equipamento/produto com o solicitado na Autorização de Fornecimento. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o fiscal da Ata de Registro de Preços deverá rejeitá-lo e solicitar a reposição num prazo de 03 (três) horas contados do recebimento da notificação formal pela Contratada.

b. **Recebimento Definitivo:** Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos em conformidade com a Ata de Registro de Preços, o fiscal da Ata de Registro de Preços responsável pelo Recebimento atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para os trâmites legais de pagamento.

c. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de preços.

d. Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

e. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

### CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste ato convocatório.

5.2. Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações contidas no edital e proposta apresentada.

5.3. A entrega dos produtos deve ser realizada nos prazos e local estabelecidos e devem atender a todas as condições estabelecidas anteriormente.

5.4. Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.5. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.

5.6. Adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

5.7. Deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo substituir no prazo máximo de 03 (três) horas, às suas expensas, os produtos com defeitos ou que não atendam as especificações, podendo responder, na forma prevista no Código do Consumidor.

5.8. Deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente o presente contrato, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE.

### CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Deverá verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.2. Deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do contrato;

6.6. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### CLAUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A fiscalização e o acompanhamento da entrega dos produtos do contrato, será efetuada pelos Servidores, a fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo, sendo eles:

- Para as aquisições feitas para a Secretaria de Saúde, José Augusto Fabri;
- Para as aquisições feitas para a Secretaria de Assistência Social, Iracema Nunes Messias;
- Para as aquisições feitas para a Secretaria de Administração, Olívio Braz Ribeiro;
- Para as aquisições feitas para a Secretaria de Educação, Mayra Nunes da Costa Ribeiro;
- Para as aquisições feitas para a Secretaria de Viação e Obras, Leonardo Abílio Francelino;

7.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

### CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

Ano do Processo	Numero do processo	Ano da Despesa	Código Despesa	Valor Previsto	Bloqueio de Dotação	Elemento
2022	48	2022	4	1	não	339030
2022	48	2022	11	1	não	339030
2022	48	2022	18	1	não	339030
2022	48	2022	25	1	não	339030
2022	48	2022	40	1	não	339030
2022	48	2022	47	1	não	339030
2022	48	2022	53	1	não	339030
2022	48	2022	60	1	não	339030
2022	48	2022	66	1	não	339030
2022	48	2022	72	1	não	339030
2022	48	2022	83	1	não	339030
2022	48	2022	88	1	não	339030
2022	48	2022	97	1	não	339030
2022	48	2022	104	1	não	339030
2022	48	2022	108	1	não	339030
2022	48	2022	114	1	não	339030
2022	48	2022	118	1	não	339030
2022	48	2022	123	1	não	339030
2022	48	2022	129	1	não	339030
2022	48	2022	135	1	não	339030
2022	48	2022	141	1	não	339030
2022	48	2022	147	1	não	339030
2022	48	2022	152	1	não	339030
2022	48	2022	154	1	não	339030
2022	48	2022	156	1	não	339030
2022	48	2022	160	1	não	339030
2022	48	2022	164	1	não	339030
2022	48	2022	168	1	não	339030
2022	48	2022	175	1	não	339030
2022	48	2022	189	1	não	339030
2022	48	2022	204	1	não	339030
2022	48	2022	221	1	não	339030
2022	48	2022	234	1	não	339030
2022	48	2022	242	1	não	339030
2022	48	2022	251	1	não	339030
2022	48	2022	261	1	não	339030
2022	48	2022	269	1	não	339030
2022	48	2022	279	1	não	339030
2022	48	2022	286	1	não	339030
2022	48	2022	291	1	não	339030
2022	48	2022	295	1	não	339030
2022	48	2022	301	1	não	339030
2022	48	2022	307	1	não	339030
2022	48	2022	308	1	não	339030
2022	48	2022	321	1	não	339030



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

2022	48	2022	326	1	não	339030
2022	48	2022	335	1	não	339030
2022	48	2022	341	1	não	339030
2022	48	2022	345	1	não	339030
2022	48	2022	350	1	não	339030
2022	48	2022	354	1	não	339030
2022	48	2022	359	1	não	339030
2022	48	2022	363	1	não	339030
2022	48	2022	365	1	não	339030
2022	48	2022	369	1	não	339030
2022	48	2022	372	1	não	339030
2022	48	2022	374	1	não	339030
2022	48	2022	377	1	não	339030
2022	48	2022	398	1	não	339030
2022	48	2022	407	1	não	339030
2022	48	2022	423	1	não	339030
2022	48	2022	430	1	não	339030
2022	48	2022	435	1	não	339030
2022	48	2022	439	1	não	339030
2022	48	2022	445	1	não	339030
2022	48	2022	450	1	não	339030
2022	48	2022	457	1	não	339030
2022	48	2022	469	1	não	339030
2022	48	2022	475	1	não	339030
2022	48	2022	478	1	não	339030
2022	48	2022	485	1	não	339030
2022	48	2022	490	1	não	339030
2022	48	2022	493	1	não	339030
2022	48	2022	498	1	não	339030
2022	48	2022	502	1	não	339030
2022	48	2022	505	1	não	339030

### CLAUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:

- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

9.2. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

b) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.

c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

Nova Fátima, 02 de Maio de 2022.

---

**Olívio Braz Ribeiro**

*Secretário de Administração, Planejamento, Finanças e Gestão*



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### ANEXO II

#### MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

##### **TIMBRE DA EMPRESA**

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade sob n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, instaurado pela Prefeitura Municipal de Nova Fátima (PR). Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, outorga-se ao(à) acima credenciado(a), dentre outros poderes, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal  
da empresa proponente

**Observação:** por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### ANEXO III

#### MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA AQUISIÇÃO DOS ITENS A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

#### TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura xx

<b>LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº **/20__ – PROCESSO Nº **/20__</b>		
Fornecedor:		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	Bairro:	
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.		
PREVISÃO DE ENTREGA:		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		
<i>Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:</i>		

Item	Discriminação	Unid.	Qtde	Vlr. Unit	Vlr. Total
XX	XX	XX	XX	XX	X
<b>TOTAL:</b>					

Valor Total e final por extenso **do Item:** R\$(.....)

#### NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

( ) Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

#### IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

➤ Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

XXXXX ..... de ..... de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

##### **TIMBRE DA EMPRESA**

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

À pregoeira e equipe de apoio  
Prefeitura Municipal de Nova Fátima, Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2022

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.  
\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ..... cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Presencial nº N° xx/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

---

Local/ Data

---

Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

### ANEXO V

#### Minuta da Ata de Registro de Preço

PROCESSO Nº 0XX/2022

Pregão Presencial – SRP nº 0XX/2022

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA, Estado do Paraná, sito a Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420, com inscrição no CNPJ/MF Sob o nº. 75.828.418/0001-90, neste ato representado pelo prefeito Municipal, o senhor **Roberto Carlos Messias**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade nº. 4.818.807-9 SSP/PR e CPF/MF nº 688.798.739-20, nos termos da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal 27/2006 e demais legislação consolidada, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão 0xx/2022 – Forma Presencial, **RESOLVE** registrar os preços para aquisição do objeto do pregão supracitado, que passa a fazer parte desta, nos seguintes termos.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - **xxx**, descritas no ANEXO I deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos:

Item	Discriminação	Unid.	Qtde	Vlr. Unit	Vlr. Total
XX	XX	XX	XX	XX	X
<b>TOTAL:</b>					

2.2 - O valor máximo total da presente Ata é de **R\$ xxx (xxxx reais)**

#### CLAUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Ano do Processo	Numero do processo	Ano da Despesa	Código Despesa	Valor Previsto	Bloqueio de Dotação	Elemento
2022	48	2022	4	1	não	339030
2022	48	2022	11	1	não	339030
2022	48	2022	18	1	não	339030
2022	48	2022	25	1	não	339030
2022	48	2022	40	1	não	339030

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata terá validade por **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.**

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, LOCAIS, CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1- Os itens objetos desta licitação deverão ser entregues até **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da solicitação feita pelo Setor de Compras, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos:

5.1.1. Os produtos poderão ser retirados pelo Contratante junto a Contratada ou entregues pela Contratada nos locais solicitados pela Contratante, dentro do município sem custo adicional de entrega.

5.1.2. A aquisição poderá ser feita de forma fracionada, de acordo com a solicitação do Setor de Compras.

5.2. Caso os serviços não sejam executados no prazo estabelecido acima, e os mesmos não estejam de acordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Nova Fátima/PR.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

5.3 O recebimento dos produtos será efetuado pelo setor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido no item 5.1, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

5.4 Nas entregas deverão ser respeitadas, rigorosamente, as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância das condições acima listadas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente;

5.5 Constatado que o produto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício ao Departamento de Compras e Licitações, o qual posteriormente notificará a empresa vencedora, para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível;

5.6 Em caso de devolução dos produtos, por estarem em desacordo com as especificações, todas, as despesas serão atribuídas à CONTRATADA devendo este providenciar com a máxima urgência a sua substituição ou adequação ao edital.

5.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Departamento Jurídico, através, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

### CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os objetos deste edital serão dados como recebido conforme:

a. **Recebimento Provisório:** A partir da data da entrega do objeto solicitado, o Responsável Técnico do Departamento solicitante e fiscal da Ata de Registro de Preços, **responsável pelo recebimento terá um prazo de 02 (duas) horas úteis para conferência da Nota Fiscal**, data de validade dos produtos, lote, quantidade, bem como verificar a conformidade do equipamento/produto com o solicitado na Autorização de Fornecimento. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o fiscal da Ata de Registro de Preços deverá rejeitá-lo e solicitar a reposição num prazo de 03 (três) horas contados do recebimento da notificação formal pela Contratada.

b. **Recebimento Definitivo:** Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos em conformidade com a Ata de Registro de Preços, o fiscal da Ata de Registro de Preços responsável pelo Recebimento atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para os tramites legais de pagamento.

c. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de preços.

d. Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

e. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

### CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste ato convocatório.

7.2 Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações contidas no edital e proposta apresentada.

7.3. A entrega dos produtos deve ser realizada nos prazos e local estabelecidos e devem atender a todas as condições estabelecidas anteriormente.

7.4. Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.5. É responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos decorrentes da entrega e da aquisição dos objetos da licitação.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

7.6. Adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais a terceiros, pelos quais será inteira responsável.

7.7. Deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo substituir no prazo máximo de 03 (três) horas, às suas expensas, os produtos com defeitos ou que não atendam as especificações, podendo responder, na forma prevista no Código do Consumidor.

7.8. Deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente o presente contrato, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE.

### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Deverá verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2. Deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do contrato;

8.6. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

### CLAUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:

a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

9.2. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO:

10.1 - O pagamento será efetuado entre os dias 10 e 20 do mês subsequente ao da entrega dos materiais/prestação dos serviços, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo órgão competente, através de depósito bancário. No momento da Emissão da Nota fiscal a empresa deverá enviá-la por fax 43 3552-1122 ou no e-mail: [comprasnovafatima@gmail.com](mailto:comprasnovafatima@gmail.com), confirmando o seu recebimento.

10.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as devidas correções. A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação, termo de contrato e tipo de licitação.

10.3 - A empresa vencedora deverá fornecer no corpo da nota fiscal o número da conta corrente e agência para realização do pagamento. Caso a licitante vencedora não tenha conta corrente nos bancos Oficiais do Município (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), deverá fazer a emissão de boletos, caso contrario as despesas com taxas correspondente aos pagamentos ficará a cargo da contratada.

10.4 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 10.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

10.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.6 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

10.7 - A liberação de cada parcela fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND; e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

10.8 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor da Contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

10.8.1 - Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;

10.8.2 - O CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A fiscalização e o acompanhamento da entrega dos produtos do contrato, será efetuada pelos Servidores, a fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo, sendo eles:

- a. Para as aquisições feitas para a Secretaria de Saúde, José Augusto Fabri;
- b. Para as aquisições feitas para a Secretaria de Assistência Social, Iracema Nunes Messias;
- c. Para as aquisições feitas para a Secretaria de Administração, Olívio Braz Ribeiro;
- d. Para as aquisições feitas para a Secretaria de Educação, Mayra Nunes da Costa Ribeiro;
- e. Para as aquisições feitas para a Secretaria de Viação e Obras, Leonardo Abílio Francelino;

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

12.1. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa do Município de Nova Fátima/PR, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

12.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município de Nova Fátima/PR convocará a CONTRATADA para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

12.2.1. A CONTRATADA que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

12.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a CONTRATADA não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado a CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

12.3.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão da CONTRATADA, cabendo ao Município de Nova Fátima/PR a análise e deliberação a respeito do pedido.

12.3.2. Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Município de Nova Fátima/PR e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da CONTRATADA e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

12.3.3. Na hipótese do cancelamento do registro do preço da CONTRATADA, o Município de Nova Fátima/PR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

12.3.4. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Município de Nova Fátima/PR poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela CONTRATADA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

12.3.5. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Nova Fátima/PR, a CONTRATADA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.4. Liberado a CONTRATADA, o Município de Nova Fátima/PR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o Município de Nova Fátima/PR deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1. A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, se esta:

13.1.1. Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

13.1.2. Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a execução dos serviços.

13.1.3. Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

13.1.4. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

13.1.5. Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado

13.2. O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

13.2.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

13.2.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

13.2.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

13.2.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

11.3. A solicitação da CONTRATADA, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

13.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

14.1 - A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições legais.

15.1.1 - advertência;

15.1.2 – multa, observados os seguintes limites máximos:

a) multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;

b) multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

15.1.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

15.2 - As sanções previstas nos itens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4 deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.3 - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

15.4 - Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem ou serviço atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 15.7.

15.5- Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 15.6, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

15.6 - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

15.7 - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

15.8 - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

15.9 - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.



# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

15.10 - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

15.11 - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

15.12 - A aplicação da multa a que se refere o item 15.5 e seguintes não impede a rescisão unilateral do contrato/Ata nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, bem como sua inclusão na dívida ativa.

15.13 - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

15.13.1 recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

15.13.2 não manter sua proposta;

15.13.3 incorrer em inexecução contratual.

15.14 - A aplicação da sanção prevista no item 15.1.3 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Nova Fátima/PR.

15.15 - Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

15.16 - A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

15.16.1 fizer declaração falsa na fase de habilitação;

15.16.2 apresentar documento falso;

15.16.3 frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

15.16.4 afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

15.16.5 agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

15.16.6 tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.16.7 demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;

15.16.8 tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

15.16.9 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Nova Fátima/PR.

15.16.10 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

15.17 - As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

15.17.1 às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

15.17.2 às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

### **15.18 PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.18.1 – As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:

15.18.1.1 o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;

15.18.1.2 o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

15.18.1.3 o acusado dispõe de 05 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;

15.18.1.4 caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;

15.18.1.5 quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;

15.18.1.6 concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;





# MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

## Estado do Paraná

- 15.18.1.7 transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;
- 15.18.1.8 todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e
- 15.18.1.9 da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1 – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

16.1.1 - “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

16.1.2 - “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

16.1.3 - “**prática conluída**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

16.1.4 - “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

16.1.5 - “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.3 - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.”

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – Integram a esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – Pregão nº xxx/2022 – Forma Presencial e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pelo fornecedor da Ata, constando o preço de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de estarem anexos.

17.2 - Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrada.

17.3 - Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições estabelecidas na legislação vigente.

17.4 - Nenhuma indenização será devida ao fornecedor/prestador pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de aquisições dela decorrente.

17.5 - Fica eleito o Foro da comarca de Nova Fátima-PR, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Nova Fátima (PR), xx de xxxx de 2022.

**ROBERTO CARLOS MESSIAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**L.N.M – IMPORT – EIRELI - ME**  
CNPJ. 22.855.056/0001-60  
CONTRATADO